



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 23 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Comércio exterior	2
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL	3
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Zona Franca, incrustação ou sistema?	4
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Logística	5
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Automação industrial	7
JORNAL DO COMMERCIO Acordos facilitam entrada de pequenas no exterior	8
JORNAL DO COMMERCIO Empresa	9
JORNAL DO COMMERCIO Amazonas exporta 20% a mais	10
JORNAL DO COMMERCIO POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Amazonas exporta 20% a mais (continuação)	11
JORNAL DO COMMERCIO POLITICA	
A CRITICA sim & não	12
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Poucas palavras	13
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Guerra Fiscal	14
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Guerra Fiscal (continuação)	15
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA O que é melhor para o país?	16
A CRITICA ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro	17
DIÁRIO DO AMAZONAS OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Alexandre Prata	18
MASKATE Burocracia está corroendo a ZFM	19
MASKATE Burocracia está corroendo a ZFM (continuação)	20
MASKATE FALA SÉRIO	21
MASKATE OPINIÃO	

CAPA

Indústria defende Receita 24 horas

Foto:Walter Mendes



Entre as peças do gargalo logístico que elevam o custo local está a incapacidade de os portos atenderem a demanda

No Amazonas, a expectativa de 35% de redução no custo logístico portuário com a implementação dos Portos 24 horas vem mobilizando a classe empresarial, órgãos gestores do modelo Zona Franca e empregados do setor, para que Manaus também se beneficie com a nova regra portuária.

De acordo com o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira alguns portos em Manaus já funcionam 24 horas, inclusive são portos privados que funcionam ininterruptamente necessitando da reciprocidade dos órgãos aduaneiros. "A nossa questão não é funcionar apenas 24 horas. Precisamos ter os órgãos públicos também funcionando 24 horas", disse.

Página A5

Comércio exterior

Exportações crescem 20%

Divulgação



Dados da Secex mostram crescimento nas exportações locais

O Amazonas exportou nos três primeiros meses de 2013 19,72% a mais do que em igual período do ano passado. Foram mais de US\$ 245 milhões arrecadados em exportação contra US\$ 205 milhões de 2012. Somente em março o crescimento foi de 13%, se compararmos com março do último ano e 14% se compararmos com fevereiro deste ano. O país para qual o Amazonas mais exporta é a Argentina, US\$ 60 milhões, Venezuela, US\$ 38 milhões e Colômbia, US\$ 27 milhões. Os dados são da Secex (Secretaria de Comércio Exterior). A venda de xaropes para bebidas não alcoólicas lideram a lista, com mais de 70% de crescimento em comparação com 2012.

Página A6

EDITORIAL

Votação do ICMS exige mobilização de todos

Esta semana o Congresso Nacional deve votar o projeto de lei que unifica as alíquotas de ICMS em todo país, nas transações interestaduais. Até a semana passada a garantia de que o Amazonas teria um tratamento diferenciado, podendo cobrar 12% neste tipo de comercialização, e não 4%, como ocorrerá em todas as demais unidades da Federação, era dada como praticamente certa, uma vez que o relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), havia mantido a prerrogativa

em seu relatório.

Nestes últimos dias entrou em cena a Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, a famigerada Abinne, o principal conglomerado empresarial antagônico à Zona Franca de Manaus. Seu lobby poderoso começou a funcionar, atuando em cada gabinete para reverter o quadro e retirar a vantagem do Amazonas.

A ideia do governo federal é ótima e acaba com a chamada guerra fiscal. Melhor para o

Amazonas é que ela reconhece a excepcionalidade do Estado, que depende fundamentalmente do que arrecada das empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus. Nivelar a situação local com o que acontece no restante do país seria trágico e ainda pior para os cofres estaduais do que é para o Rio de Janeiro, por exemplo, a redistribuição dos royalties do petróleo.

O problema é que, ao contrário do que aconteceu no Rio,

onde a sociedade se mobiliza até hoje para impedir a mudança, no Amazonas autoridades e empresários parecem estar deitados em berço esplêndido, convictos de que mais uma vez seremos protegidos.

É preciso mobilizar urgentemente todos os segmentos – o governo, a prefeitura, as entidades empresariais e as centrais sindicais, entre outros – para mostrar ao Brasil o quanto é importante que o Amazonas tenha um tratamento diferenciado.

A não ser que o país tenha decidido abrir mão do absoluto controle ambiental e social que tem hoje sobre a Amazônia Ocidental.

Sem o incentivo da alíquota maior de ICMS, não restará outra alternativa ao Estado, para evitar a dissolução, que incentivar atividades nada recomendáveis para a preservação vegetal, tais como a mineração em alta escala, a pecuária e o plantio de grãos.

O Amazonas não merece.

Zona Franca, incrustação ou sistema?

POR EUSTÁQUIO LIBÓRIO*

Na semana passada, o senador Eduardo Braga (PMDB) fez um apelo às entidades de classes ligadas à atividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), aos parlamentares e demais autoridades, assim como à sociedade, no sentido de se mobilizar na defesa do projeto do governo federal que alinha a alíquota do ICMS interestadual em 4%, mas preserva a de 12% para o Amazonas, por ser área de

exceção fiscal.

O senador, líder da presidente Dilma Rousseff no Senado, por dever de ofício conhece os humores do Planalto e do Congresso Nacional e também deixou transparecer seu temor de que a Zona Franca de Manaus (ZFM), diante da mobilização de parlamentares de outros Estados e até de entidades de classes como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrô-

nica (Abinee), pode vir a perder terreno na votação da proposta, a qual, até agora, tem mantido os benefícios do PIM.

Na Câmara dos Deputados, o tucano Plínio Valério tem se pronunciado sobre a importância do modelo ZFM para a Amazônia e, mais especificamente, como via da atividade produtiva com baixo nível de poluição e buscado demonstrar que a Zona Franca de Manaus é fator de preservação da floresta.

Por fim, o professor José Machado, que já atuou na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), além

de ser estudioso do modelo, tem se pronunciado sobre um modo mais efetivo de se fazer a defesa do modelo, e, por consequência, tirá-lo da dependência política dos humores planaltinos com a receita simples de demonstrar, com números, não só o que a ZFM significa para o Amazonas, mas também para o Brasil.

Quer dizer, enquanto não se trabalhar essa vertente pregada – no deserto – pelo professor José Machado e outros especialistas, a Zona Franca de Manaus vai continuar a ser o que, infelizmente, sempre foi: um en-

clave, no sentido específico de ser um “enclave”, algo a ser expelido, algo estranho a um determinado corpo, no caso, à economia brasileira.

Poucas foram as vezes em que autoridades ou representantes do Amazonas esgrimiram os números decorrentes da atividade industrial manauense, mesmo que tais números signifiquem colocar à mostra algumas deficiências no modelo, como

por exemplo, a desigualdade na partilha da renda, até por sermos parte do Brasil onde tal desigualdade não foi superada.

Assim, é talvez o momento de ter esse tipo de munição disponível devidamente calibrada para provar aos “brasileiros e brasileiras” que a Zona Franca de Manaus não é uma incrustação, mas sim um sistema e como tal, aberto à interação.

* É jornalista E-mail: liborio.eus@uol.com.br

Logística

Portos 24 horas são necessários

Setor produtivo cobra inclusão de Manaus entre as unidades portuárias com serviço dos órgãos federais 24 horas

Por Tanair Maria

No Amazonas a expectativa de 35% de redução no custo logístico portuário com a implementação dos Portos 24 horas vem mobilizando a classe empresarial, órgãos gestores do modelo Zona Franca e empregados do setor, para que Manaus também se beneficie com a nova regra portuária.

De acordo com o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira alguns portos em Manaus já funcionam 24 horas, inclusive são portos privados que funcionam ininterruptamente necessitando da reciprocidade dos órgãos aduaneiros. "A nossa questão não é funcionar apenas 24 horas. Precisamos ter os órgãos públicos também funcionando 24 horas. Por outro lado, precisamos de mais portos alfandegados devido à dimensão da nossa movimentação de carga ter crescido. A solução só virá se novos terminais foram implementados, também", afirma.

Segundo o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco essa é uma reivindicação antiga para atender ao crescimento do PIM. Em termos de desburocratizar o processo,

de agilizar a movimentação de carga em horário oposto ao do funcionamento comercial e de reduzir o custo de armazenagem na espera pelo canal verde alfandegário. "Se for comparar o crescimento econômico do Polo Industrial dos últimos 10 anos, existe uma disparidade muito grande em relação à atividade ser menor do que é a demanda, fato que trava o desenvolvimento do modelo Zona Franca", alerta.

Para o gestor do Terminal Portuário Alfandegado do Grupo Chibatão, Jhony Fidelis Ramos a produtividade dos terminais aumentam em 15% com o funcionamento alfandegário 24 horas com as vantagens na redução do impacto do trânsito de cargas portuárias (carretas transportando contêiner) no trânsito urbano da cidade. "Na indústria a redução do custo gira em torno de 35%", informa.

Custo logístico

Fidelis diz que atualmente as grandes empresas do setor eletroeletrônico arcam com o custo de deslocamento de carga dos terminais para uma área secundária, fato que encarece em média de um transporte e uma diária de armazenagem. "Com os portos 24 horas esse transporte poderá ser realizado direto do porto para a fábrica,



Foto: Divulgação

Produtividade aumenta com agilidade na Alfândega

evitando um custo logístico secundário de 35% em média", garante.

A indústria deverá economizar em média de R\$ 1.100 por contêiner. Ou seja, ao invés de se pagar R\$ 1.500 por contê-

iner, passará a pagar R\$ 400 porto/fábrica, exemplo citado por Fidelis. "Hoje ocorre uma variação no valor do transporte de contêiner porto/fábrica entre R\$ 400 e R\$ 600, dependendo do local de entrega", informa.

No mercado internacional o custo do contêiner fica entre US\$ 1.800 a US\$ 2.500, independente de tamanho (20 ou 40 toneladas), com destino ao porto de Manaus. Antes eram poucos armadores de longo percurso, que traziam cargas de outros países. Hoje a competitividade está maior, o preço tende a estagnar ou bai-

xar ou aumentar muito pouco, segundo o gestor portuário. "Agora o que vai mudar é se a carga tiver um alto valor agregado, por exemplo, uma linha azul de componentes para celular em função do seguro da carga que agrega no valor final, vai ter um custo maior de transporte também", explica Fidelis.

Por dentro

QUALIDADE BAIXA

Afinal, num ranking de 134 países, o Brasil ocupa o 124º lugar em qualidade de portos, depois de ficar as últimas três décadas sem investimentos substantivos no setor. Em 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística do governo federal, com investimentos em infraestrutura de transportes no país na ordem preliminar de R\$ 133 bilhões em rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais portuários, tal a gravidade do problema no contexto do desenvolvimento socioeconômico nacional.

A indústria segue perdendo competitividade e a eficiência do agronegócio no campo se transforma em resultado adverso quando se trata de embarcar seus produtos na precária e cara logística nacional de transportes.

Em fevereiro último, o governo federal editou a medida provisória 595, para enfrentar a ineficiente logística do país e promover - mais de dois séculos depois - nova Abertura dos Portos.

Uma cidade e um Polo Industrial que comparece com mais de 65% dos tributos federais de toda a região Norte, e que padecem de estrangulamento logístico em sua estrutura portuária, ausência de belizamento de suas hidroviárias e proibição federal de recuperação da Rodovia BR 319, que integraria o Amazonas ao resto do país, deveriam merecer melhor tratamento. (Fonte: Cieam)

ARTIGO



A Zona Franca e reforma tributária do ICMS

IVALDO DAS CHAGAS MENDONÇA*

Na seção de 16 de abril de 2013 foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o relatório do Senador Delcídio Amaral (PT/MS), relator da Proposta de Resolução (PRS 001/13), que reduz para 4%, em oito anos, as alíquotas interestaduais do ICMS, atualmente em 12% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em 7% nas regiões Sul e Sudeste. A proposta faz parte da reforma tributária que o governo Dilma Rousseff vem implementando gradual e pontualmente (reforma "fatiada"), tendo por objetivo mitigar os efeitos da chamada "guerra fiscal", prática inconstitucional de renúncia de receita utilizada

pelos Estados para atração de empresas, e que tem provocado muita insegurança ao investidor no Brasil.

Embora seja do conhecimento de poucos, a PRS 001/13, originária do Governo Federal, é fruto de inúmeras discussões travadas no Confaz, órgão de representação dos Secretários estaduais de Fazenda e presidido pelo Ministro da Fazenda, onde as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste defendem tributação maior do ICMS na origem e as regiões Sul e Sudeste maior no destino, motivando o governo federal a encaminhar também ao Congresso a medida provisória 599/12, que cria fundos para compensação das perdas com

a reforma e para incremento do desenvolvimento regional.

Tendo em vista que a reforma tributária atual está limitada ao ICMS, desde o Confaz de São Paulo, ocorrido em dezembro de 2011 (quando técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e do Mi-

em permanecer com 12%.

A proposta amazonense fez parte de um acordo firmado entre governadores e secretários de Fazenda dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo, posteriormente, incorporada à PRS 001/13 pelo governo federal, a partir de articulações do Governo do Amazonas e da bancada amazonense no Senado.

Caso a Zona Franca fosse incluída na regra geral da alíquota de 4%, os setores industriais que têm tributação federal baixa (exemplo de informática e celulares) perderiam competitividade e, talvez, tivessem que transferir suas plantas para os grandes centros consumidores, com perdas de empregos e diminuição das atividades econômicas que dependem destas indústrias aqui instaladas, sem falar na redução significativa de receita tributária do Estado e dos municípios, especialmente a arrecadada com as operações interestaduais de saída da Zona Franca.

O relatório do Senador Delcídio manteve a essência da proposta original, inclusive a exceção da Zona Franca, todavia, buscando uma solução intermediária, com

menor impacto para as regiões menos desenvolvidas, promoveu alguns ajustes pontuais, sendo o principal a redução, para apenas 7%, da alíquota das operações industriais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando destinadas às regiões Sul e Sudeste.

Em relação à Zona Franca, a partir de negociações entre os secretários de Fazenda dos Estados da região Norte, a Suframa e o Ministério da Fazenda, foram feitos ajustes para que a aplicação da alíquota de 12% ficasse limitada aos produtos industrializados no Polo Industrial de Manaus que possuam processo produtivo básico (PPB), pois, se assim não fosse, a Zona Franca poderia transformar-se num entreposto comercial transferidor de crédito fiscal, com graves prejuízos aos Estados da região Norte, especialmente os das Áreas de Livre Comércio, gerando, desnecessariamente, dificuldades de aprovação no Senado, mesmo por parte dos

Estados de abrangência da Zona Franca de Manaus.

A solução encontrada pelo relator atende à principal reivindicação dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, historicamente menos desenvolvidos, sem prejuízos ao acordo firmado em favor da Zona Franca. Merece, portanto, ser defendida e comemorada se vier a ser aprovada, afinal, sendo o incentivo fiscal estadual do ICMS um dos pilares de sustentação da Zona Franca, a manutenção exclusiva de nossa alíquota em 12% é mais do que suficiente para garantir a plena manutenção do modelo, ainda que a alíquota das regiões menos desenvolvidas fique em 7%, até porque atualmente todos estão com alíquota de 12%, mas a "guerra fiscal" só nos tem afetado quando praticada nas regiões Sul e Sudeste, em razão da melhor estrutura logística e do grande mercado consumidor que possuem.

Solução encontrada pelo relator atende a Estados menos desenvolvidos e não afeta a ZFM

nistério da Fazenda apresentaram o primeiro estudo sobre os impactos da redução de alíquotas na balança interestadual e o Amazonas aparecia com perdas da ordem de 76%), a Sefaz-AM, usando argumentos econômicos, constitucionais e ecológicos, vem defendendo a necessidade da Zona Franca não se submeter à regra geral de redução das alíquotas para 4%, pois, sendo área de exceção tributária, não há qualquer inconsistência técnica

*** Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, assessor da Sefaz para os assuntos da Reforma Tributária.**

Automação industrial

Suframa estuda montar estande na Hannover Messe 2014

A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) estuda a ideia de ter um estande próprio na edição do próximo ano da Hannover Messe. A feira é considerada a principal do mundo para a tecnologia e automação industrial e referência como indicador de tendências para o setor.

A ideia surgiu com a participação da autarquia na 66ª Hannover Messe, realizada de 8 a 12

de abril, na Alemanha. Atrair investimentos externos, observar in loco as mais recentes inovações tecnológicas e iniciar contatos com empresas que possam vir a se instalar no PIM (Polo Industrial de Manaus) foram os principais objetivos da viagem. A Autarquia foi representada pelo superintendente adjunto de Projetos, Gustavo Igrejas, e o coordenador geral de Acompanhamento de

Projetos Industriais, José Jorge do Nascimento Júnior. A ideia de montar um estande próprio na feira alemã é para facilitar as ações de promoção da ZFM (Zona Franca de Manaus).

Realizada no Centro de Exposições de Hannover, o evento, distribuído em 27 pavilhões, apresentou 11 temas (setores de exposição) integrados: Automação Industrial, Motion Drive &

Automation -MDA (transmissão eletromecânica, hidráulica e pneumática), Energético, Energia Eólica, MobiliTec, Produção Digital, ComVac (tecnologias de ar comprimido e de vácuo), Abastecimento e Suporte Industrial, Industrial Green Tec (soluções e tecnologias sustentáveis), Surface Technology, Pesquisa & Tecnologia. A Hannover Messe 2013 - que teve a Rússia como país parceiro

oficial - reuniu 6,8 mil expositores oriundos de 70 países, e de acordo com os organizadores, atraiu 240 mil visitantes, sendo 60 mil deles do exterior. Este ano, dentro do tema "Indústria Integrada", os visitantes puderam ver de perto as inovações da chamada "Indústria 4.0", a chamada quarta Revolução Industrial (em sucessão às etapas do motor a vapor, da produção em massa e da automação), no qual

o foco é a integração crescente entre todos os setores da indústria, baseados principalmente nos processos tecnológicos.

"Verificamos que muitas das máquinas e equipamentos expostos já são utilizados nas empresas do PIM. O que demonstra que nosso parque industrial é moderno e nosso processo produtivo é atualizado", afirma Gustavo Igrejas.

Acordos facilitam entrada de pequenas no exterior

Governo usará recursos de programas, como o Inova Empresa e Ciências sem Fronteiras, para viabilizar incentivo ao intercâmbio de microempresas

O governo brasileiro deverá anunciar ainda neste semestre um conjunto de acordos bilaterais para facilitar a chegada de pequenas e médias empresas brasileiras em mercados internacionais. A parceria também prevê a entrada, no Brasil, de instituições de excelência, principalmente no setor de energias renováveis.

De acordo com a coordenadora executiva da agência de inovação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Shirley Coutinho, alguns dos acordos foram "costurados" durante a missão internacional à Portugal, França e Inglaterra, chefiada pela presidente

da República Dilma Rousseff. Coutinho integrou a comitiva nacional e ressalta que o governo usará recursos de programas já existentes para implementar a ideia, como o Inova Empresa e o Ciências sem Fronteiras (CsF).

"O Brasil quer internacionalizar suas empresas. Será uma espécie de intercâmbio para que possam aprender e trazer o conhecimento de volta. A gente não pode ficar só no mercado interno. Essa troca nos fortalecerá para o enfrentamento da violenta competição da China. É preciso nos armar com o que nós temos de melhor", enfatizou a coordenadora da PUC, em entrevista exclusiva para a Agência Gestão CT&I de Notí-

cias durante o 7º Encontro do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec), em Belo Horizonte (MG).

Apesar de ainda não haver uma data definida para apresentação oficial da iniciativa, Coutinho falou que alguns acordos já foram assinados. Em uma visita recente a Londres, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, assinou memorandos na área de computação de alto desempenho.

O governo ainda está em fase de definição das áreas de interesse para receber as empresas internacionais, explica Coutinho. No entanto, ele adiantou que o

setor de energias renováveis, que receberá aporte bilionário pelo Inova Empresa, estará entre os contemplados. "Empresas que desenvolvem smart grids, tecnologia que o Brasil está muito longe de dominar, devem fazer parte do primeiro lote de instituições a se instalarem em solo nacional", ressalta.

O programa inicialmente englobará os três países. Shirley explicou que a escolha do parceiro se deu, em boa parte, pela comemoração Ano Brasil promovido em alguns países europeus, o que possibilitou a assinatura de diversos acordos. "A lista de parceiros, no entanto, não ficará restrita a essas nações", afirmou.

Empresa

Lucro da Philips cai 11,5% no primeiro trimestre

A Royal Philips Electronics NV disse nesta segunda-feira (22) que seu lucro caiu 11,5% no primeiro trimestre, para 162 milhões de euros, do lucro de 183 milhões de euros no mesmo período do ano passado. O lucro atribuível a acionistas recuou para 161 milhões de euros no primeiro trimestre, de um lucro de 182 milhões de euros.

As vendas da companhia recuaram 1%, para 5,26 bilhões de euros, devido a efeitos cambiais negativos e mudanças de carteira. Em bases comparáveis, as vendas aumentaram 1%.

O lucro antes de juros, impostos e amortização (Ebitda), excluindo reestruturação e encargos relacionados

à aquisição, subiu para 421 milhões de euros, ou 8% das vendas. Incluindo reestruturação e encargos relacionados à aquisição, o Ebitda totalizou 402 milhões de euros, ou 7,6% das vendas.

A empresa continua a prever um lento primeiro semestre neste ano devido a tendências de mercado adversas, especialmente na Europa e nos EUA. A companhia afirmou que está comprometida com as metas financeiras para 2013. As metas para 2013 são de um crescimento de vendas comparáveis de entre 4% e 6%, margem Ebitda de entre 10% e 12% e retorno sobre capital investido de entre 12% e 14%. As informações são da Dow Jones.

Amazonas exporta 20% a mais

Por Osvaldo Henriques

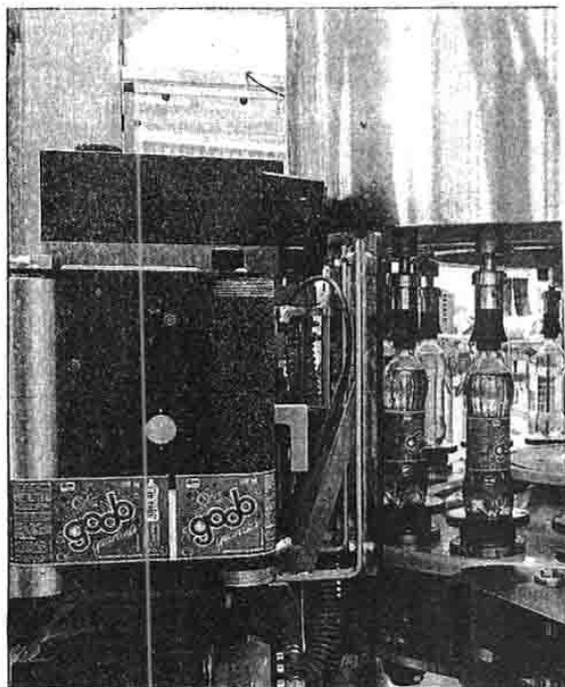
O Amazonas exportou nos três primeiros meses de 2013 19,72% a mais do que em igual período do ano passado. Foram mais de US\$ 245 milhões arrecadados em exportação contra 205 milhões de 2012. Somente em março o crescimento foi de 13%, se compararmos com março do último ano e 14% se compararmos com fevereiro deste ano. O país para qual o Amazonas mais exporta é a Argentina, US\$ 60 milhões, Venezuela, US\$ 38 milhões e Colômbia, US\$ 27 milhões. Os dados são da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

A venda de xaropes para bebidas não alcoólicas lideram a lista, com mais de 70% de crescimento em comparação com 2012. Sendo responsáveis por mais de 25% do mercado de exportação do Amazonas, com US\$ 63 milhões. Outros produtos de destaque são os aparelhos de barbear e celulares que tiveram um crescimento superior a 20% e representam juntos mais de 15% das vendas de produtos do Polo Industrial para outros países.

Segundo o economista Alex Del Giglio os dados são para serem comemorados, pois a taxa de câmbio valorizou o Real nesse período o que deveria fazer com que as exportações diminuíssem. "O real se valorizou nesse período, enquanto o dólar sofreu uma queda, isso deveria gerar o efeito oposto, reduzindo as exportações" explica.

Motocicletas em baixa.

As motocicletas foram os únicos produtos a ocuparem as 10 primeiras posições que sofreram recuo nas vendas de exportação neste início de ano. Ainda ocupando o segundo lugar na lista de produtos exportados no



Venda de xaropes para bebidas não alcoólicas lideram a lista, e

Amazonas, a que lá foi de 1,09% para motocicletas de 125cc, as mais vendidas. Foram US\$ 33,6 milhões em exportação. Para motocicletas de 50cc a queda de 28,52% com US\$ 4,9 milhões. Alex Del Giglio não acredita que os números devam ser lamentados, para o economista isso pode ser fruto da revalorização do mercado nacional. "O decréscimo foi pequeno e a tendência é o mercado de Duas Rodas se recuperar, com isso fortalece o mercado aqui e diminui o número de motocicletas importadas, portanto deve-se medir bem esses dados", explica.

Já as motocicletas mais potentes, de 255cc apresentaram crescimento. Foram US\$ 8,4 milhões em exportação em 2013 contra apenas US\$ 2,3

milhões de 2013. Confirmando a tendência do mercado nacional de um maior crescimento no número de vendas de motos. Com o crescimento o produto se tornou mais vendido do que as motos de 50cc e passou a representar 3,44% do mercado de exportação do PIM.

Importação

Já no quesito importação o Estado sofreu um regresso de 4,4% no ano. Foram 9% de retração se compararmos apenas o mês de março de 2013 com o do ano passado. Refletindo o atual momento da indústria de duas rodas, novamente as partes e acessórios de motocicletas encabeçam a lista das que apresentam maior recuo. A importação diminuiu em 21,99% se comparado com igual período de 2012.

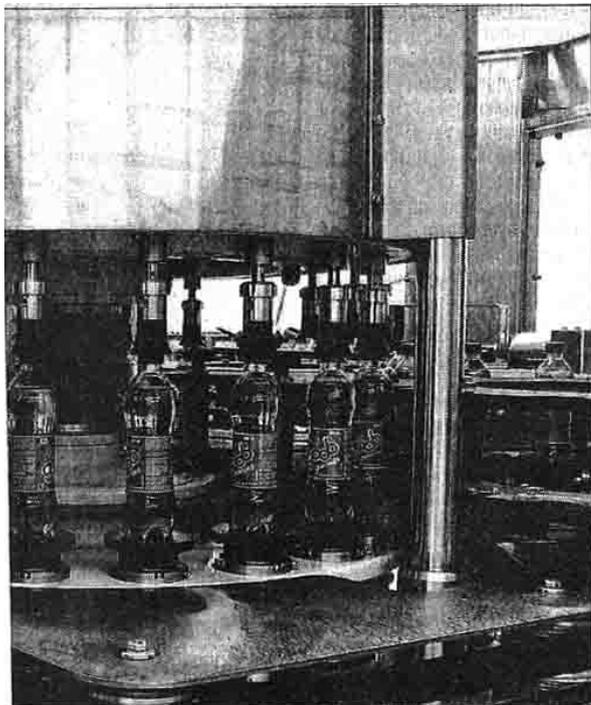
O acumulado do trimestre registrou US\$ 3 bilhões em compras externas, US\$ 140 milhões a menos que o volume de 2012. Em março, as fábricas do PIM importaram US\$ 1,06 bilhão, US\$ 110 milhões a menos que no ano passado. As compras de peças de televisores encabeçam a lista de importação do PIM. São US\$ 594 milhões nesses

Dados

Dados da Importação e Exportação

Total Exportado em 2013: US\$245.441milhões
Total Importado em 2013: US\$ 3.029bilhões
Exportação: +19,72% em relação à igual período de 2012
Importação: -4,4% em relação à igual período de 2012

Amazonas exporta 20% a mais (continuação)



é algo que atualmente acontece no mundo todo”, explica Alex Del Giglio.

Em contrapartida no que diz respeito à exportação o mercado é dominado por países da América Latina. Nove das dez primeiras posições são de países latinos, o outro representante na lista é os Estados Unidos. Desses seis são da América do Sul. A Argentina que lidera as exportações aparece apenas em 26º nas importações e com um recuo de 16,17% em relação à igual período do ano passado. Representando apenas 0,26% das importações amazonenses com US\$ 7,8 milhões em 2013, contra US\$ 9,3 milhões em igual período de 2012.

A Importação e a farinha

A área de produção de trigo da Argentina vem declinando há vários anos, foram 52% de decréscimo nos últimos 11 anos. 15% apenas de 2012 para 2013. Essa baixa no mercado refletiu no mercado brasileiro com o aumento do preço da farinha que chegou até 42% nos últimos 12 meses. Vale lembrar que a Argentina é responsável por 80% das importações de trigo brasileiras.

Com isso o Camex (Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior), decidiu aumentar, no último dia 9, de 1 milhão para 2 milhões de toneladas a cota de importação de trigo em grão com redução da tarifa de 10% para 0%, a medida vale até 31 de julho e tem por objetivo facilitar a entrada de trigo no país para tentar reduzir os custos.

om mais de 70% de crescimento sobre o mesmo período de 2012

primeiros três meses. Uma retração de 6,8% se compararmos com 2012. Microprocessadores e peças de aparelho de telefonia são os outros produtos mais importados pelo PIM e apresentam crescimento no ano de 65% e 19% respectivamente.

A china segue na liderança de países que o Amazonas mais importa, representando 39,5% do mercado com US\$ 1,1 bilhão, seguido pelo butro asiático, a Coreia do Sul com menos da metade do mercado chinês, US\$ 503 milhões. Entre os 10 países

que o Amazonas mais importa, sete são da Ásia, representando 79,2% do mercado com mais de US\$ 2,4 bilhões só nesses primeiros três meses. Estados Unidos, México e Alemanha completam a lista.

“Essa é uma tendência mundial, toda relação trabalhista da Ásia, a moeda mais barata, fazem com que o mercado de lá esteja se expandindo ano após ano e exportando mais. É claro que lamentamos por que acabam vindo produtos que tomam o lugar dos fabricados aqui. Mas

Dados

Produtos mais exportados pelo Amazonas

Produtos	US\$ (milhões)	Variação 1º trimestre de 2013 em relação a 2012
1º Xarope de bebidas não alcoólicas	63,3	+70,85%
2º Motocicletas 125cm ³	33,3	-1,09%
3º Aparelhos de barbear	20,1	+28,65%
4º Celulares	18,3	+25,85%

Principais países importadores de produtos do Amazonas

Países	US\$ (milhões)	Variação 1º trimestre de 2013 em relação a 2012
1º Argentina	60,4	+22,74%
2º Venezuela	38,8	+51,46%
3º Colômbia	27,4	+3,22%

sim & não

MD vai entrar na disputa pelo Governo

O vice-prefeito de Manaus, Hissa Abrahão (PPS), defendeu, ontem, que a Mobilização Democrática (MD), sigla criada a partir da fusão do PPS e do PMN, lance candidato ao Governo do Estado do Amazonas em 2014. Para Hissa, sendo confirmada como partido pelo TSE, morre o mediano PPS e nasce a MD: um partido grande. "A MD com esta envergadura deve lançar candidatura própria. O partido não pode se curvar diante dessa possibilidade", declarou à coluna.

Trilha 1 O PPS, que foi esvaziado em 2005 com a saída do então governador Eduardo Braga (PMDB), caminhou nos últimos anos à sombra de outras siglas. Em 2010, ressurgiu nas urnas com a votação de Hissa que ficou como terceiro colocado naquele pleito com 138.281 votos.

Trilha 2 Em 2012, o PPS chegou a lançar Hissa como candidato à Prefeitura de Manaus, mas deu um passo atrás e ficou como vice do prefeito eleito Artur Neto. A declaração de Hissa mostra que, neste momento, não há disposição para coadjuvância na disputa de 2014.

Nomes Hissa destacou que o partido tem vários nomes bons que garantem uma disputa real

nas urnas. "Não estou dizendo que serei eu. Mas no PPS todos os nomes são bons". A MD pode filiar, em um mês, políticos com mandato sem que estes corram riscos de virarem alvo de processos de infidelidade partidária.

Pará Os deputados David Almeida (PSD) e Vicente Lopes (PMDB) viajam hoje para Belém onde se reunirão com o presidente da ALE-PA, Márcio Miranda (DEM). Vão traçar planos para lidar com a reação do Congresso Nacional contra decisão do TSE que aumentou bancada federal de 13 Estados, incluindo Pará e Amazonas.

Ligações A fama de gentil do vice-governador José Melo (PMDB), entre os funcionários públicos, está cada vez mais

forte. Nos últimos dias, os servidores têm recebido ligações de uma pessoa que se apresenta como secretária de Melo para confirmar o dia do aniversário e avisar: "Ele mesmo irá ligar para lhe dar parabéns".

Inoportuno A ida do prefeito Artur Neto à Comissão Especial da Câmara Federal para fazer a defesa da ZFM foi interpretada como uma ação que mais atrapalha do que ajuda. A opinião é de políticos ouvidos pela coluna, ontem. Na comissão, tramita a PEC que pede a prorrogação por mais 50 anos da ZFM.

Argumentos Os argumentos são que o Governo Federal está ajudando na tramitação rápida da PEC e a

entrada de um tucano para dividir louros no assunto pode desagradar o Planalto. E, em se tratando de vantagens para a ZFM, é necessário evitar qualquer passo em falso.

Celeridade No encontro que teve na semana passada com a presidente do TSE, Cármen Lúcia, o presidente da Frente Parlamentar contra a Corrupção, Francisco Praciano (PT), fez um pedido especial: celeridade no julgamento do registro de candidatura do prefeito eleito de Coari, Adail Pinheiro (PRP).

Risco Segundo Praciano, o TSE já julgou 96% dos recursos contra registros de eleitos e, sete meses depois dá eleição, Adail está entre os que ainda não foram julgados.

PINGA FOGO

✘ O único deputado estadual do PCdoB na ALE-AM, Wilson Lisboa, estava ausente da reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB).

✘ A Secretaria de Estado de Política Fundiária esclareceu, ontem, que o pedido de cancelamento de matrículas fundiárias relacionado às zonas Norte e Leste de Manaus tem como intenção conceder títulos definitivos aos moradores dos bairros localizados nestas regiões.

✘ O assunto foi abordado em matéria publicada na página C1 de A CRÍTICA desta segunda que informou que 30 mil famílias moram no local. O cancelamento será de seis matrículas de grileiros.

Poucas palavras

myrria >>

DEPUTADOS DOS ESTADOS
QUE PERDERAM VAGAS
NA CÂMARA FEDERAL...

myrria@acritica.com.br

**poucas
palavras >>**



"A bancada da Zona Franca de Manaus é podre. São podres de rico fabricando eletro-eletrônicos na Amazônia. Como diz Boris Casoy: é uma vergonha. Não tenho raiva da pirataria – é fruto de uma tributação equivocada"

Do cantor Guilherme Arantes ao ser questionado sobre pirataria no site Terra.

Guerra Fiscal

Crivo em relatório do ICMS

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos devem votar hoje relatório do projeto que unifica em 4% esse imposto

ADAN GARANTIZADO

adan@critica.com.br

O projeto de resolução que unifica as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta do Governo Federal visa acabar com a "guerra fiscal" entre os Estados.

Há uma semana, o relator Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou o seu parecer em que estabelece um cronograma para a redução gradativa da alíquota inte-

MP 599/2012

As mudanças na cobrança do ICMS serão condicionadas ainda à aprovação da Medida Provisória 599/2012, que trata dos fundos de compensações para os Estados que perderão receitas com as novas regras

restadual de 12% (praticada pelos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste), preservando as-



Delcídio Amaral manteve 12% de alíquota do ICMS interestadual no AM

sim, as vantagens da Zona Franca que permanecerá com alíquota de 12%, a exemplo do Mato Grosso, por conta do gás natural.

A alíquota só chegaria aos 4% em 2021. Deste modo, quando os produtos saírem das regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo, a alíquota atual de 7% seria reduzida, também em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 4% em 2016.

No caso de mercadorias e bens que forem produzidos de com o Processo Produtivo Básico (PPB)

nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, a alíquota interestadual será reduzida dos atuais 12%, em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 7% em 2018.

Caso o projeto seja aprovado hoje, ele segue para apreciação do plenário. Por se tratar de projeto de resolução do Senado, ele não precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados. No entanto, o projeto ainda pode ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, caso seja apresentado recurso.

Guerra Fiscal (continuação)

FRENTE

AUDITOR FISCAL
DA SEFAZ

**Nivaldo
Mendonça**



'A solução encontrada pelo relator atende nossos anseios'

A Sefaz-AM vem defendendo a necessidade da Zona Franca não se submeter à regra geral de redução das alíquotas para 4%, pois, sendo área de exceção tributária, não há qualquer inconsistência técnica em permanecer com 12%. Caso a Zona Franca fosse incluída na regra geral da alíquota de 4%, os setores industriais que têm tributação federal baixa (exemplo de informática e celulares) perderiam competitividade e, talvez, tivessem que transferir suas plantas para os grandes centros consumidores, com perdas de empregos e dimi-

nuição das atividades econômicas no Estado, sem falar na redução de receita tributária do Estado e dos municípios, especialmente a arrecadada com as operações interestaduais de saída da ZFM.

O relatório do Senador Delcídio manteve a essência da proposta original, inclusive a exceção da Zona Franca. A solução encontrada pelo relator atende à principal reivindicação dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, historicamente menos desenvolvidos, sem prejuízos ao acordo firmado em favor da Zona Franca. Merece, portan-

to, ser defendida e comemorada se vier a ser aprovada, afinal, sendo o incentivo fiscal estadual do ICMS um dos pilares de sustentação da Zona Franca, a manutenção exclusiva de nossa alíquota em 12% é mais do que suficiente para garantir a plena manutenção do modelo, ainda que a alíquota das regiões menos desenvolvidas fique em 7%, até porque atualmente todos estão com alíquota de 12%, mas a "guerra fiscal" só nos tem afetado quando praticada nas regiões Sul e Sudeste, em razão da melhor estrutura logística e do grande mercado consumidor que possuem.

AUDITOR DA RECEITA
FEDERAL E ECONOMISTA

**Serafim
Correa**



'Desculpem, mas não podemos chamar isso vitória'

A proposta inicial da reforma do Ministério da Fazenda era de que todas as operações interestaduais ficassem com a mesma alíquota, ou seja, 4%. A proposta do Governo Federal ao Senado foi essa, com duas exceções: o Amazonas e Mato Grosso teriam 12% e todos os demais 4%. O Senador Delcídio Amaral, objetivando ganhar os senadores do Norte, Nordeste, Centro Oeste e Espírito Santo propôs uma alternativa: esses estados teriam alíquota de 7%. Amazonas e Mato Grosso continuariam com 12%. Isso foi saudado como uma grande vitória do Amazonas. Descul-

pem, mas não foi nada de vitória. Hoje, Amazonas e Pernambuco têm alíquotas iguais: 12%. Na regra proposta pelo Governo Federal, o Amazonas fica com 12% e Pernambuco com 4%. A diferença pró Amazonas fica em oito pontos percentuais. Já na proposta do Senador Delcídio, a diferença pró Amazonas cai para cinco pontos percentuais. Pode até ter sido o inevitável, mas vamos dizer isso à população de forma transparente e clara: apesar de ter sido uma derrota, foi o possível. Foi o que deu pra fazer, mas não podemos chamar isso vitória.

Sobre o comércio de Manaus, de-

vo registrar que quando o Brasil vende para Manaus o faz sem ICMS por conta do art. 4º do DL nº 288/67, mas o comércio local se credita do valor que deixou de ser pago. No momento seguinte, quando o comércio vende, se debita da alíquota de 17%, recolhendo, portanto, a diferença. Logo, as mudanças vão significar aumento de arrecadação do Amazonas e, na mesma proporção, aumento de preços. A carga tributária vai ser aumentada em 3% e obviamente vai ser repassada ao consumidor. Por favor, me expliquem como isso é vitória?

O que é melhor para o país?

O resultado do primeiro trimestre do ano fechou com redução de 25% na produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) na comparação com o ano passado. Esta queda é consequência da dificuldade que o setor vem enfrentando na comercialização de seus produtos, causada principalmente pelas restrições na obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.

Este resultado vem ao encontro dos indicadores econômicos do país, que mostram desaquecimento da produção industrial e projetam também crescimento econômico menor

que o inicialmente previsto. O ambiente econômico continua confuso e o Banco Central se rendeu ao efeito do "tomate", que acabou sendo o grande vilão do aumento da inflação, e aumentou em 0,25% a taxa de juros, repetindo, assim, medidas que todos nós já conhecemos: aumenta a inflação, aumenta a taxa de juros para inibir o consumo e uma vez o mercado desaquecido voltam novamente medidas de estímulos ao consumo para manter o nível de emprego e renda do país. Com todas estas incertezas quanto ao cenário econômico, torna-se ainda mais difícil realizar um planejamento de médio e longo prazo, e as ações



acabam se voltando mais para os problemas do dia a dia. Temos o tomate, pizzas, produtos e serviços entre os mais caros do mundo e ainda assim queremos que a demanda seja crescente. Não há como sustentar uma situação desta. Ao contrário, a teoria nos ensina que quanto maior o custo menor o poder aquisitivo e o consumo. Portanto, acredito que o grande problema a ser enfrentado é o alto custo dos produtos e serviços, assim como ocorreu com o tomate, que acabou sendo o grande vilão da inflação. Teremos que resolver a questão de custos. Mas o alto custo é consequência da ineficiência do planejamento

e ações do governo e também de toda a sociedade, que culturalmente não reagem a situações de abusos econômicos. Estamos sempre muito conformados com a situação presenciada no cotidiano e não tomamos atitudes positivas que possam auxiliar no combate a abusos de preços. Se existem preços de referência e concorrências leais, temos que exigir nosso direito de pagar o menor preço com qualidade. Por outro lado, o custo Brasil, decorrente de fatores estruturais, como a alta carga tributária, próxima de 40% do Produto Interno Bruto (PIB), a falta e os atrasos de rodovias,

ferrovias, portos e aeroportos, fazem que os custos e o tempo de transportes se tornem cada vez mais críticos para toda sociedade, além da burocracia e ineficiência do Estado para acompanhar o ritmo necessário para sermos mais produtivos. Foi dada a largada para as eleições dos principais cargos do país em 2014 e, como sempre, a estratégia dos candidatos é a de oferecer promessas que agradem a maioria da população, e não o que é o melhor para o país. Acho que chegou a hora de começarmos a olhar o que é melhor para o país amanhã e, com essa visão, iniciar uma corrente positiva para a construção de um Brasil mais competitivo e justo de fato e não meramente recheado de falsas promessas de campanhas.

Claro & Escuro

CODAM

Incentivos fiscais

A segunda reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado (Codam) acontece amanhã. Na pauta, a concessão de incentivos fiscais para 42 projetos, avaliados em R\$1,1 bilhão.

Alexandre Prata

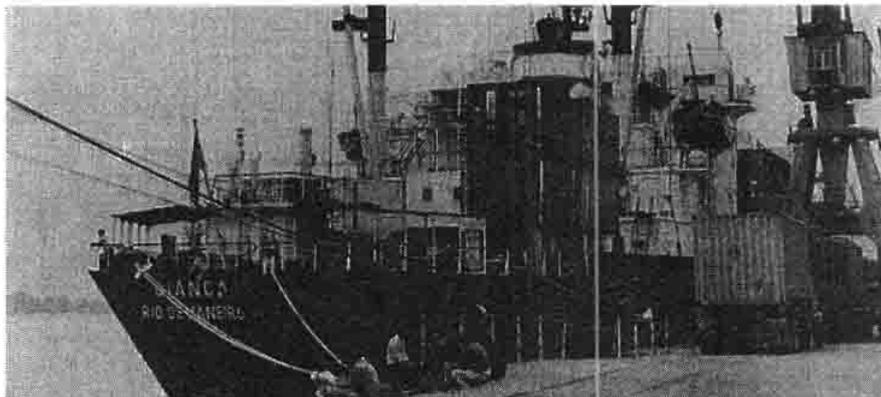
Justo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antonio Silva (sempre com Norma ao lado), recebeu a mais alta comenda concedida pelo Governo de Minas Gerais, a Grande Medalha da Inconfidência. A 62ª solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência foi realizada na Praça Tiradentes, localizada no Centro Histórico de Ouro Preto em alusão ao herói nacional e mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A cerimônia foi presidida pelo governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia e teve como orador oficial o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, mineiro de Paracatu.

A Medalha da Inconfidência foi criada pela Lei 882, de julho de 1952, durante o governo de Juscelino Kubitschek e é concedida pelo Governo de Minas Gerais a personalidades que prestaram serviços relevantes para a projeção do estado e do Brasil.

Burocracia está corroendo a ZFM

Portos trabalham com 50% de fiscais para liberar mercadorias



As empresas são obrigadas a pagar, às vezes, 180 dias de armazenagem nos portos quando os fiscais decidem não trabalhar. Um festival de prejuízos para a indústria. No relatório da Medida Provisória dos Portos, dado a conhecer ao público nesta semana, o Governo, entre ou-

tras boas intenções, recomenda o funcionamento diuturno da estrutura portuária sob seu arbítrio. Numa leitura subliminar, se os portos terão que passar a funcionar em tempo integral, fica amenizado o gargalo logístico, num passe de mágica por meio de um decreto. De quebra,

a medida autoriza entender um mea culpa, na medida em que a gestão pública obriga a si mesma a cumprir suas atribuições e responsabilidades, pois os portos funcionam com a presença do Estado para, entre outras tarefas, liberar embarque e desembarque de mercadorias.

Bravata dos sonhos

“A partir de agora os portos terão atendimento tanto da Receita Federal quanto da Anvisa e de todos os órgãos necessários para liberação da importação e da exportação, de domingo a domingo, 24 horas por

dia, caso necessário”, disse o relator. O decreto pontifício não deixa de ser irônica, para uma situação que é dramática, e se transfigura hilária à vista do que acontece na rotina diária de Manaus, Suape, Vitória, Santos

ou Paranaguá. Na capital amazonense, o governo trabalha apenas com 50% do pessoal necessário à demanda do cotidiano, no horário comercial. Sem triplicar o contingente, a recomendação vai chover no molhado.

Sentar e esperar

Dizer que recomendações como essa “...contemplam boa parte das reivindicações das empresas, dos trabalhadores portuários, incluindo a participação dos sindicatos nas negociações tanto em portos públicos quanto privados...”, significa que os usu-

ários dos serviços portuários vão ter que sentar e esperar, pois o calendário dos concursos para recrutar servidores ainda não foi comunicado dos acertos da MP dos Portos. A rigor os usuários estão atrás de soluções muito mais simples, prosaicas, que

se referem, por exemplo, à flexibilização da burocracia, fonte de tantos danos, atrasos e desânimo. Decididamente, é preciso aproximar a representação política da rotina diária da economia e da burocracia com seus históricos percalços.

Burocracia está corroendo a ZFM (continuação)

Sacanagem antiga

Desde os primórdios da Zona Franca de Manaus, a atividade industrial, comercial, agrícola e de serviços que alimenta a dinâmica da economia, tem amargado prejuízos e embaraços de toda a ordem com a rotina da burocracia, fruto, certamente, da dificuldade de um entendimento produtivo e proativo à luz do interesse final da própria sociedade. É uma questão de ponto de vista. A falta de fiscais, que tem provocado estragos diários em diversos setores, agendas e cronogramas (os dados da indústria são eloquentes a respeito) poderia ser perfeitamente equacio-

nada com a assiduidade do staff atual, no cumprimento simples e direto do horário, como faz qualquer trabalhador do país. Infelizmente esta não é a lógica nem a argumentação do serviço público. Apesar de vivermos novos tempos de prontidão funcional da informação e da comunicação digital e simultânea, verificada com a chegada da internet, a ação da burocracia segue alimentada pela lentidão crônica e atávica que descreve sua natureza e função. Quem gera riqueza e comparece com uma parcela tão generosa de recursos precisaria ser tratado com mais distinção.

Falta de respeito

O Amazonas, segundo dados da Receita Federal, nos últimos 12 meses, contados em janeiro, compareceu com aproximadamente R\$ 9 bilhões para os cofres da União, um percentual que costuma alcançar 65% das contribuições tributárias da região Norte. Isso significa que uma rotina fluida, minimamente destravada - que concebe o setor produtivo como parceiro e passageiro da embarcação que navega no interesse público - resultaria em ganhos efetivos em todas as direções. Não é bem essa a prática. De 2005 a 2008, para ilustrar

com um lapso temporal, o polo industrial, a par da escassez crônica de pessoal para exercício da fiscalização de praxe, sofreu com a paralisação de 481 dias dos servidores federais, da Receita, Agricultura e Vigilância, com prejuízos diversos e incalculáveis. Sem entrar no mérito das razões paredistas, este exemplo ilustra essa dependência perniciososa de uma burocracia impositiva que penaliza e atrasa indiscriminadamente, justamente um parceiro que faz girar a roda da economia de onde brota, é interessante lembrar, toda a folia fiscal.

Gargalos perversos

Açotada pelos gargalos na logística dos transportes, nas comunicações e com um histórico nefasto de apagão energético, a economia local tem um longo caminho a percorrer para consolidar sua competitividade. As empresas instaladas em Manaus faturaram, em 2012, US\$ 37,5 bilhões, submetendo-se a uma legislação que exige fiscalização rigorosa para liberação da carga importada e exportada pela ZFM, por parte de vários ministérios. Uma fiscalização ainda longe de ser considerada ágil e eficaz, em parte

justificada pela carência crônica no quadro de fiscais federais para exercício da função. O retardo no desembaraço das cargas que chegam e saem pelo Polo Industrial de Manaus se deve em média à redução de 50% nas necessidades estimadas. Exceção feita aos fiscais da Receita que costumam coletar tributos com prontidão e eficiência. É vesgo o olhar da burocracia, compromete e atrasa toda a dinâmica da socioeconomia nacional, numa rotina que é insano alimentar e que o bom senso sugere rever.

FALA SÉRIO

ZFM na berlinda

Com a volúpia diplomática e o respeito que ainda desfruta no Congresso, Arthur Neto o prefeito de Manaus vai a Brasília, mais um vez, defender a ZFM, na segunda semana de maio. Ele vai reforçar a PEC do PSDB que prorroga os incentivos por mais 50 anos e que será alvo de um poderoso bombardeio. Arthur conhece os caminhos e obstáculos da canalha paulista de seu partido tucano.

Indiferença florestal

O confronto intestino no PSDB é antigo e Arthur sabe disso. Sabe, também, que a canalha paulista não tem compromisso nem conhecimento com o que se passa na Amazônia e o benefício que a renúncia fiscal tem propiciado à área de abrangência da ZFM, a Amazônia Ocidental e Macapá-Santana.



Educação e corrupção

Mesmo desanimado e desencantado com a política, o deputado Francisco Praciano ainda reúne forças e motivação para dar sequência a sua peregrinação de combate à corrupção. Afinado com este jornal - que defende historicamente penas exemplares para quem desvia dinheiro do ensino- Praciano põe o dedo numa das feridas mais perversas da anomalia social.

Na ilharga

O senador Eduardo Braga alerta em seu programa de rádio sobre as armadilhas da Reforma Fiscal e pede que as entidades façam em Brasília aquilo que ele não deixa a bancada do Amazonas, sem coordenação e poder de articulação, fazer. Ele não coordena seus pares nem deixa ninguém coordenar.



Arrogância exacerbada

Até quando o ego exacerbado e a arrogância sem limites do senador que representa o Amazonas, vão impedir que o interesse público seja tratado a várias mãos e com rigor interativo que uma bancada organizada e afinada pode fazer acontecer? Existe a necessidade que todos se unam. Questão de sobrevivência.